



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1. Identificação do requisitante	
Requisitante:	ANTONIO MARCIO INACIO
Responsável pela demanda:	CURSO DE OBRIGAÇÕES DE FINAL DE MANDATO E CONTROLE INTERNO

2. Identificação da demanda
<p>A Unidade de Controle Interno Municipal, é responsável pela execução de diversas atividades rotineiras, entre elas as atividades determinadas pela Lei Municipal nº 1340/2019 e demais Normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A função de Controle interno deu-se a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde ele passou a ser visto como uma ferramenta de gestão com a capacidade do fortalecimento e governança da gestão Pública. A Lei 4.320 de 17 de março de 1964 também traz em seus dispositivos base das atribuições do controle Interno. A Lei de Responsabilidade Fiscal 101 de 04 de maio de 2000 também conceitua sobre a fiscalização das finanças públicas, onde o controle interno deve fiscalizar o cumprimento das normas então estabelecidas, e a LRF determina que os relatórios de gestão sejam assinados também, pelo controle Interno. É de responsabilidade de cada Poder instituir sistema de controle o objetivo maior de garantir a proteção do patrimônio público, por fiscalização contábil, financeira, Orçamentária, operacional e patrimonial de seus órgãos e entidades vinculadas (art. 70 da CF).</p> <p>Cumprir informar que a necessidade eminente para preparação constante dessa controladoria tem por premissa o apoio ao gestor, e é primordial o fortalecimento da função de Controladoria Interna.</p>
3. Justificativa



Visando resguardar e assegurar os atos da gestão, blindando o gestor de quaisquer apontamentos dos órgãos de controle externo e fiscalização, no intuito de municimar a gestão de informações e normas legais que permitem subsidiar a tomada de decisões acerca da implantação de suas políticas públicas e por haver a necessidade de capacitação e atualização das normas que regem a administração pública, solicita-se o presente.

4. Alinhamento estratégico com o PCA - Plano de Contratação Anual

A Constituição Federal promulgada no ano de 1988, traz em seu artigo 39 a seguinte menção: ordenou que os entes da federação incentivassem e promovessem a qualificação dos seus servidores. Isso é o que se extrai da CF, art. 39, §§ 2º e 7º:

2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (...)

7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Ora, se, por um lado, o § 2º do artigo 39 não determinou a criação de escola de governo no âmbito municipal, por outro lado, o §7º compensou tal falta determinando que os entes da federação, entre eles os municípios, reservem recursos para incentivar a qualificação e o aperfeiçoamento dos seus edis e servidores públicos.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

Buscou com isso aprimorar cursos presenciais e à distância, levando mais conforto e qualidade aos frequentadores da escola, colaboradores e servidores públicos que trabalham no local. Nessa conjuntura, a continuidade e ampliação dos serviços prestados pelo apoio administrativo ficou evidenciado e necessário para a execução das demandas impostas.

A Capacitação está em conformidade com o Plano Anual de Contratação da Unidade de Controle Interno do Município.

5. Data pretendida para a conclusão da contratação

A presente contratação deverá ser formalizada até 28/03/2024, de modo a permitir o início da execução do objeto em tempo hábil.

6. Vinculação ou dependência com outra contratação

☒ Não há vinculação ou dependência desta contratação em relação a outra; ou

☐ Há vinculação ou dependência desta contratação em relação a seguinte:

(especificar)

7. Prioridade da contratação

É viável a contratação, visto que seu objeto está dentro do planejamento da Controladoria Geral do Município, o valor a ser desembolsado mostrou-se vantajoso para a Administração e demais razões já apresentadas neste ETP. Além disso, o estudo se faz necessário para obtenção de conhecimento e, conseqüentemente, para que haja melhoria contínua na prestação do serviço público, sempre em observância aos princípios da Administração Pública, sobretudo aqueles previstos no art. 37, caput, da CRFB/88.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

8. Registro da demanda

Registro que a demanda foi datada em: 26/03/2024



Antônio Marcio Inacio
Controlador



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra amparo no Plano de Compras Anual, visando a capacitação de servidores.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Unidade de Controle Interno Municipal, é responsável pela execução de diversas atividades rotineiras, entre elas as atividades determinadas pela Lei Municipal nº 1340/19 e demais Normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A função de Controle interno deu-se a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde ele passou a ser visto como uma ferramenta de gestão com a capacidade do fortalecimento e governança da gestão Pública. A Lei 4.320 de 17 de março de 1964 também traz em seus dispositivos base das atribuições do controle Interno. A Lei de Responsabilidade Fiscal 101 de 04 de maio de 2000 também conceitua sobre a fiscalização das finanças públicas, onde o controle interno deve fiscalizar o cumprimento das normas então estabelecidas, e a LRF determina que os relatórios de gestão sejam assinados também, pelo controle Interno. É de responsabilidade de cada Poder instituir sistema de controle o objetivo maior de garantir a proteção do patrimônio público, por fiscalização contábil, financeira, Orçamentária, operacional e patrimonial de seus órgãos e entidades vinculadas (art. 70 da CF).

Cumprir informar que a necessidade eminente para preparação constante dessa controladoria tem por premissa o apoio ao gestor, e é primordial o fortalecimento da função de Controladoria Interna.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Portanto, entende-se oportuno a contratação tendo em vista que os serviços ora contratados serão caracterizados como a promoção da Gestão de Competências do servidor ora designado como Controle Interno, sendo que tal ação contribui positivamente ao Sistema de Controle Interno.

Conforme disposto no artigo 7º, da Nova Lei de Licitações 14.133/21: Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover a gestão de competências. Ainda nesse sentido sabe-se que a Gestão de Competências é formada por: Conhecimento, Habilidade e Atitude. A administração pública necessita ter em seu quadro de profissionais, pessoas capacitadas e que exerçam com excelência suas atividades, vejamos, pois, o que era diferencial passou a ser uma obrigatoriedade inerente aos gestores, com intuito de oferecer segurança quanto as ações de controle ou jurídicas.

A Empresa contratada deverá possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na consulta consolidada de pessoa jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidões-apf.apps.tcu.gov.br>)). Deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir ao servidor participante, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático, além disso, deverá atender aos demais requisitos elencados.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Visando conferir maior segurança à contratação, foram comparados valores de cursos com temática aproximada, porém com carga horária diferente. Nas pesquisas lançadas, a MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA, oferta o valor de inscrição para o evento no valor



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais), sendo o único evento com a temática ofertada nesse período.

Depreende-se, portanto, que a contratação pretendida encontra fundamento no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Prestação de Serviço na realização do evento nos dias 25 e 26 de abril de 2024

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa do quantitativo de períodos para a participação no evento Curso Obrigações de Final e Mandato e Controle Interno, 17 horas de curso de imersão prática.

8 - ESTIMATIVA DE VALORES

O valor total estimado para a presente inscrição é de R\$ 1.200,00 (um mil duzentos reais), conforme proposta.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação diz respeito a serviços de natureza indivisível, ficando justificado o não parcelamento da solução. Além disso, a contratação propicia à Administração um valor mais vantajoso para a participação e capacitação do servidor, que confirmaram suas disponibilidades para participarem do evento nos dias e horários programados pela empresa a ser contratada.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

A Prestação de Serviços para Capacitação e Treinamento tem por intuito a promoção e acessibilidade do conteúdo proposto, possibilitando ao servidor designado a base para melhoria de ações da Controladoria. Fornecendo diretrizes entre Controle Interno e Controle Externo, para que a Controladoria esteja munida de informações, mitigando assim riscos que esta Municipalidade possa a vir ter através de apontamentos pelos Órgãos de Controle Externo.

A Municipalidade almeja ainda medidas para alcançar os princípios de economicidade; eficácia; eficiência; de melhor aproveitamento dos recursos humanos; melhorar a transparência pública, garantindo qualidade as ações realizadas.

Com esta contratação, pretende-se capacitar e treinar o servidor na área de controle interno Municipal, para atender as obrigações do município junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os demais órgãos de Controle Externo

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Elaboração do Processo contendo todas as informações determinadas por lei e que sejam pertinentes à presente contratação;

- Publicação da contratação no Diário Oficial do Município, para dar publicidade aos atos praticados, de modo a conferir maior transparência neste processo e a corroborar a lisura e a probidade dos respectivos atos processuais, tendo em vista tratar-se de contratação direta com fulcro no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido.

Ainda que se tenha seguido todos os trâmites e adotadas todas as providências previstas em lei;

- Emissão de nota de empenho em nome da empresa a ser contratada, **somente assim será efetivada a inscrição do servidor.**

- Confirmação junto à empresa no que se refere à participação do Servidor;



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

- Maiores providências acerca desta contratação serão discriminadas no Projeto Básico.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

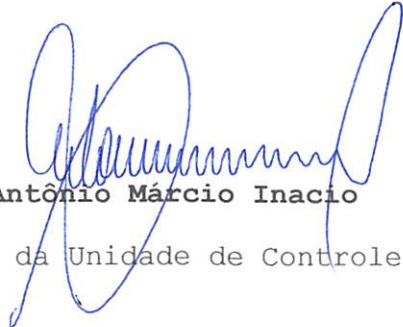
A Controladoria Geral do Município de Santa Mariana declara viável a contratação.

É viável a contratação, visto que seu objeto está dentro do planejamento da Controladoria Geral do Município, o valor a ser desembolsado mostrou-se vantajoso para a Administração e demais razões já apresentadas neste ETP. Além disso, o estudo se faz necessário para obtenção de conhecimento e, conseqüentemente, para que haja melhoria contínua na prestação do serviço público, sempre em observância aos princípios da Administração Pública, sobretudo aqueles previstos no art. 37, caput, da CRFB/88.

15- ANEXOS

Segue em anexo o conteúdo do curso, juntamente com notas fiscais e documentos de Regularidades

16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP



Antônio Márcio Inácio

Coordenador da Unidade de Controle Interno



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA
CNPJ nº 75.392.019/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2024

UNIDADE REQUISITANTE: UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: ANTONIO MARCIO INACIO

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Solicitamos abertura de processo através da modalidade *Inexigibilidade, nos termos do "Art. 74, III" da Lei Federal 14.133/2021*, objetivando Curso Preparatório para Curso de Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno, promovido pela MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA, conforme exposto abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QTD.	VALOR MÁX UNIT	VALOR MÁX TOTAL
01	Curso Preparatório para Curso de Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno	01	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00

1.2. O valor máximo para a execução do objeto descrito acima é de R\$ 1.200,00 (um mil duzentos reais).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A capacitação pretendida constitui-se de treinamento singular, não havendo outro evento com ementa e carga horária similar, considerando-se a temática a ser explanada e notório conhecimento de seus palestrantes.

Conforme enunciado do Acórdão 1247/2008 - Plenário do Tribunal de Contas da União, a seguir, a contratação de instrutores para ministrar cursos de treinamentos enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação.

Sendo a organizadora do treinamento a própria comercializadora, a inscrição se dá, exclusivamente, através desta.

Visando conferir maior segurança à contratação, foram comparados valores de cursos com temática aproximada, porém com carga horária diferente. Nas pesquisas lançadas, a MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA, oferta curso de capacitação presencial pelo valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), compreendendo 17 horas de capacitação, o que representa o custo de R\$ 70,59 por hora de capacitação. Em contrapartida, o curso pretendido é ofertado pela.

Depreende-se, portanto, que a contratação pretendida encontra fundamento no



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

12
m

art.74 da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de serviço técnico especializado, de natureza singular, relacionado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de 1 (uma) inscrição no Curso de Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno. O Curso ocorrerá de forma presencial dos dias 25 a 26 de abril de 2024, com carga horária de 12 (doze) horas.

Participará da Capacitação o Servidor Responsável pela Unidade de Controle Interno o Senhor Antônio Marcio Inacio.

O Treinamento se faz necessário para o encerramento do mandato de 2024, bem como o envio da prestação de Contas Anual do exercício de 2024.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O valor da contratação é de R\$ 1.200,00 (um mil duzentos reais), contemplando 1 (uma) inscrição para o curso especificado no item 4 deste Termo de Referência.

O pagamento será realizado de forma antecipada para garantir o acesso aos materiais do treinamento e reserva das vagas após inscrição.

O pagamento será efetuado em parcela única, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento e aceitação dos documentos de cobrança pelo Município de Santa Mariana.

Nos documentos de cobrança devem constar, quando aplicáveis, as alíquotas de retenção de IR, CSLL, COFINS e PIS, bem como o valor líquido a ser pago descontadas as retenções, conforme Instrução Normativa 1234/2012 da RFB.

5. CONTRATADO

MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA
CNPJ 14.744.004/0001-99

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com o objeto deste termo será custeada pelo Orçamento Geral do Município de Santa Mariana, Paraná para o ano de 2023, conforme segue:

13 - Coordenação de Controle Interno

13.001 - Gabinete do Controlador Geral

04.124.0002.2082 - Ações da Coordenadoria de Controle Interno Municipal

(756) - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

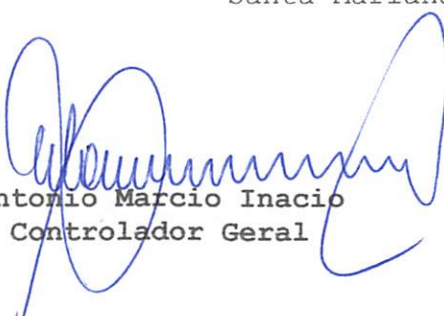
Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas em Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA
CNPJ nº 75.392.019/0001-20

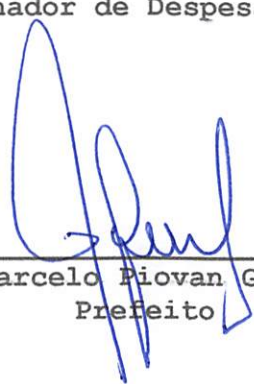
13
m

Santa Mariana, 26 de março de 2024



Antonio Marcio Inacio
Controlador Geral

Ciência e autorização do Ordenador de Despesa:



José Marcelo Piovan Guimarães
Prefeito

14
m

(sem assunto)



De Rebecca Nicacio Matheus <rebecca_matheus@hotmail.com>
Para controladoria@santamariana.pr.gov.br <controladoria@santamariana.pr.gov.br>
Data 2024-03-26 09:34

CND - FALÊNCIA.pdf (~44 KB) CND ESTADUAL.pdf (~972 KB) CND FEDERAL.pdf (~76 KB) CND MUNICIPAL.pdf (~65 KB)
 CND TRABALHISTA.pdf (~84 KB) CNPJ EMPRESA.pdf (~107 KB) COMPROVANTE DE ENDEREÇO.pdf (~161 KB)
 CONTRATO SOCIAL MANGIERI.pdf (~3,3 MB) CRF DO FGTS.pdf (~95 KB) DECA ESTADUAL.pdf (~104 KB) DECA MUNICIPAL.pdf (~68 KB)
 DECLARACAO OPTANTE SIMPLES NACIONAL.pdf (~116 KB) RG DANIELA C. MANGIERI.pdf (~76 KB) RG FRANCISCO.pdf (~179 KB)
 CPF DANIELA C. MANGIERI.pdf (~293 KB) CPF FRANCISCO.pdf (~156 KB)
 PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR SUJEITA A ALTERAÇÃO SEM AVISO Oficial.pdf (~1,5 MB)

Prezado Antonio,

Bom dia!

Com muita satisfação recebemos sua inscrição para o **" ENCONTRO DE AUDITORES E FISCAIS DE TRIBUTOS DO PARANÁ, Edição Francisco Beltrão-PR**, com o tema: **OBRIGAÇÕES DE FINAL DE MANDATO E CONTROLE INTERNO**, que será realizado nos dias **25 e 26/04/2024**, na **SEDE DA AMSOP**, localizado na Rua Peru, 1301 - Luther King - Francisco Beltrão-PR, CEP: 85605-470.

Em anexo também toda documentação e certidões negativas da empresa, necessárias para realização de empenho/pagamento.

Abaixo os dados bancários da empresa:

BANCO DO BRASIL

Agência: 37-X (ou 0037 ou 37-0)

Conta Corrente: 119835-1

Investimento: R\$1.200,00 por participante.

MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA

CNPJ 14.744.004/0001-99

PIX: 14.744.004/0001-99

Observações Importantes:

*Empresa optante pelo Simples Nacional. **NÃO FAZER RETENÇÃO DE I.R.;**

*Confirmaremos a inscrição após o pagamento ou envio da nota de empenho;

*Caso necessite da nota fiscal antes do pagamento, é só solicitar.

Para quaisquer esclarecimentos ou solicitações estou à disposição.

Att.

REBECCA N. MATHEUS



TRIBUTO MUNICIPAL
Cursos, Consultoria e Assessoria

(14) 3241-2090/ What's (14) 99129-8595

(25 e 26/04/2024)

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR SUJEITA A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO.

Local: Auditório da AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná) R. Peru, 1301 - Luther King-Francisco Beltrão – PR

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADE 25/04/2024
	08h	Recepção e Credenciamento SALA 01
	08:30-10:00	INICIO DO CURSO1: O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA Prof. Dr. Francisco Ramos Mangieri. Advogado, consultor e professor de Direito Tributário; Pós-graduado em Direito Tributário; Pós-Graduado em Direito Municipal Brasileiro; Ex Auditor Fiscal da Prefeitura de Bauru/SP; Ex Presidente e Ex-Julgador do Conselho de Contribuintes da Prefeitura de Bauru. Foi Diretor do Departamento Tributário da Prefeitura de Bauru/SP por doze anos e Diretor da Divisão de Receitas Mobiliárias por cinco anos; Escritor de livros e artigos jurídicos.
	10:00 - 10:30	Intervalo coffee break
	10:30 - 12:00	Cerimônia abertura participação de Prefeitos, Vereadores, Deputados e outras Autoridades Participação do Presidente da AMP e prefeito de Santa Cecília do Pavão, Edimar Santos, Diretor Executivo da AMP e da CNM, Joarez Henrichs , PRESIDENTE da AMSOP: Eloir Nelson Lange, Prefeito de Pranchita PR.
	12h às 13h30	Almoço
	13:30 - 15:30	Treinamento: O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA: SALA 01 Prof. Dr. Francisco Ramos Mangieri.
	13:30 - 15:30	Treinamento: Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno Prof. Dr. Flávio A. Bert – Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná – TCE-PR - SALA 02
	15:30 - 16:00	Coffee Break
	16:00 - 18:00	Treinamento: O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA: SALA 01 Prof. Dr. Francisco Ramos Mangieri
	16:00 - 18:00	Treinamento: Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno Prof. Dr. Flávio A. Bert – Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná – TCE-PR - SALA 02
	18h00	Encerramento

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADE 26/04/2024
	08:00 - 10:00	Treinamento O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA: SALA 01 Prof. Dr. Francisco Ramos Mangieri.
	08:00 - 10:00	Treinamento: Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno Prof. Dr. Flávio A. Bert – Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná – TCE-PR - SALA 02
	10:00 - 10:30	Intervalo coffee break
	10:30 - 12:00	Treinamento O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA: SALA 01 Prof. Dr. Francisco Ramos Mangieri.
	10:30 - 12:00	Treinamento: Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno Prof. Dr. Flávio A. Bert – Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná – TCE-PR - SALA 02
	12:00 - 13:30	Almoço

*Programação provisória e sujeita a alterações, sem aviso prévio.

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR SUJEITA A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO.

Local: Auditório da AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná) R. Peru, 1301 - Luther King-Francisco Beltrão – PR

13:30 - 17:00	Treinamento CURSO 2: A AUTUAÇÃO DE ISS NO SIMPLES NACIONAL Prof. Dr. Francisco Ramos Mangieri.
13:30 - 17:00	Treinamento: Obrigações de Final de Mandato e Controle Interno Prof. Dr. Flávio A. Bert – Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná – TCE-PR - SALA 02
17:00 - 17:30	Coffee Break e Encerramento

ENCONTRO DE AUDITORES e fiscais de tributos do Paraná



FRANCISCO R. MANGIERI
Advogado Tributarista, Consultor Tributário, Palestrante.
"O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA E A AUTUAÇÃO DE ISS NO SIMPLES NACIONAL"



FLÁVIO A. BERTI
Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná - TCE/PR
"OBRIGAÇÕES DE FINAL DE MANDATO E CONTROLE INTERNO"

EDIÇÃO: FRANCISCO BELTRÃO - PR

25 e 26

DE ABRIL DE 2024

LOCAL: Sede da AMSOP/
FRANCISCO BELTRÃO -PR

Realização:



Correalização:



Organização:



TRIBUTO MUNICIPAL
Cursos, Consultoria e Assessoria

Apoio:



Apoio Institucional:



(25 e 26/04/2024)

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR SUJEITA A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO.

Local: Auditório da AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná) R. Peru, 1301 - Luther King-Francisco Beltrão – PR

OBRIGAÇÕES DE FINAL DE MANDATO E CONTROLE INTERNO

12 horas/
aula

CURSO DE CAPACITAÇÃO PRESENCIAL



FLÁVIO A. BERTI

Procurador do Ministério Público de
Contas do Paraná - TCE/PR

Prof. Dr. Flávio de A. Berti, Doutor em direito pela UFPR, Mestre em direito pela UFSC, Pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário pela UFSC, bacharel em Administração pela UFPR e em Direito pela UFPR, Ex-Professor da UFPR e da Universidade Positivo, Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná, Ex-Procurador da Fazenda Nacional, Ex-Procurador da União, autor dos livros: "Impostos: extrafiscalidade e não-confisco", "Curso de Direito Orçamentário", "Pedágio: natureza jurídica" dentre outros

Limitado a:
50 Vagas

PÚBLICO ALVO:

Controladores internos, procuradores municipais,
pessoal da área de licitações e assessores jurídicos
de municípios e câmaras

EMENTA:

- 2) Obrigações de final de mandato e Controle Interno: 2.1) Atribuições gerais do Controle Interno; 2.2) Requisitos de nomeação do Controle Interno; 2.3) Processos de trabalho do Controle Interno; 2.4) Trilhas de Auditoria do Controle Interno; 2.5) Normatização das atribuições do Controle Interno e Regulamentação infra-legal; 2.6) Obrigações de final de Mandato de Gestores em ano eleitoral; 2.7) Restrições e limitações da legislação eleitoral; 2.8) Restrições e Limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DIAS: 25 e 26 de Abril de 2024

LOCAL: Sede da AMSOP/FRANCISCO BELTRÃO -PR



ENCONTRO DE AUDITORES E FISCAIS DE TRIBUTOS DO PARANÁ – EDIÇÃO FRANCISCO BELTRÃO

DIAS 25 E 26 DE ABRIL DE 2024

CURSO 1: O NOVO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

CARGA HORÁRIA: 8 horas.

OBJETIVO:

Apresentar aos fiscais, procuradores, técnicos, consultores e demais profissionais que laboram na área tributária o novo regime tributário nacional envolvendo o IBS - IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS, de competência compartilhada entre estados e municípios, nos termos da recentíssima Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Na oportunidade discorreremos sobre os principais aspectos desse novo imposto e as suas repercussões na esfera municipal, inclusive as ações que devem ser iniciadas desde já pelas prefeituras para uma melhor performance na arrecadação do IBS.

Abordaremos ainda as inovações relacionadas ao IPTU, IPVA e contribuições municipais.

Conheça em detalhes o novo IBS da Reforma Tributária!

O professor Francisco Mangieri abordará todas as nuances desse novo imposto e apresentará as muitas curiosidades que envolvem o chamado "IVA DUAL".

Vejam algumas delas:

- Por que "IVA DUAL"?

- Incidirá IBS sobre a locação de bens móveis?
- Operações de crédito e de câmbio agora são serviços?
- Os bancos pagarão IBS sobre toda a receita, incluindo a financeira?
- E os cartões de crédito e débito, continuarão sendo tributados nos paraísos fiscais?
- Onde incidirá o IBS da Netflix?
- Isenções serão possíveis?
- Teremos "IBS FIXO" para as sociedades profissionais?
- No que consiste o "cashback" e como será aplicado?
- O princípio da não cumulatividade autorizará o abatimento do imposto incidente sobre todo e qualquer insumo? O que significa insumo para fins de abatimento?
- Qual é o sujeito passivo do IBS? Admite-se a substituição tributária?
- Em que situações o município ficará com a receita total do IBS + CBS?
- Como ficou a imunidade das empresas públicas e sociedades de economia mista após a EC 132/2023?
- A imunidade das igrejas foi ampliada?
- O Simples Nacional coexistirá com o IBS?
- Os correios continuam com imunidade total?
- Como ficará a competência da fiscalização tributária municipal?
- Os municípios poderão trabalhar com obrigações acessórias e sistemas de inteligência fiscal próprios?
- Como será o Comitê Gestor do IBS?
- Houve alguma mudança com relação aos vencimentos dos fiscais?
- E a Lei Orgânica da Administração Tributária Municipal? Teremos norma geral sobre o assunto?
- Como a reforma tributária afetou o IPTU?
- Foi autorizada a criação de nova contribuição municipal?

Não deixe de conhecer a principal novidade que tivemos no campo tributário nas últimas décadas e que será a principal fonte de arrecadação dos municípios por muitos anos!

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução: a Reforma Tributária mexe essencialmente na tributação do consumo;
2. IVA dual - CBS e IBS: competência tributária;
3. Comitê Gestor do IBS: conceito e funções;
4. Hipótese de incidência do IBS;
 - 4.1. Objeto de tributação;
 - 4.2. Local de incidência;
 - 4.3. Base de cálculo e alíquota;
 - 4.4. Não cumulatividade;
5. Pagamento e distribuição do IBS;
 - 5.1. Poderá ocorrer perda de receita para os municípios?
 - 5.2. A regra do complemento da receita até 2078;
 - 5.3. Período para arrecadar ainda mais: 2024 a 2028;
6. Repasse do IBS estadual aos municípios;
7. Imunidades e isenções tributárias;
 - 7.1. As imunidades genéricas permanecem?
 - 7.2. Os municípios terão competência para conceder isenções do IBS?
8. O Simples Nacional na Reforma Tributária;
9. Regras de transição para o novo regime;
10. Novidades em relação ao IPTU e IPVA;
11. CIP ampliada e nova contribuição municipal;
12. E a fiscalização tributária municipal, como ficará?

CURSO 2: A AUTUAÇÃO DE ISS NO SIMPLES NACIONAL

CARGA HORÁRIA: 4 horas.

OBJETIVO:

O Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) aprovou a Resolução CGSN nº 171/2022, trazendo alterações à Resolução CGSN nº 140/2018.

A principal novidade introduzida é que, a partir de agora, os entes federados poderão utilizar sistemas próprios de controle e lançamento de ofício contra as empresas do Simples Nacional. Em outras palavras, podemos afirmar que o "AUTO DE INFRAÇÃO CASEIRO", aquele emitido FORA DO SEFISC, em PROGRAMA ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO, foi reconhecido e oficializado pelo Comitê Gestor.

Essa solução atende aos entes federados que já possuem sistemas próprios ou que almejavam por isso. Por outro lado, em nada atrapalha os entes que querem continuar utilizando o SEFISC.

Quer dizer: a nova Resolução 171 pôs fim à fase transitória do SEFISC para oficializar como permanente a autuação por sistema próprio do Município, regulamentando inclusive o procedimento com a criação da "Subseção III-A (arts. 90-A e 90-B)", com a nomenclatura "Do Registro e Lançamento em Sistema Alternativo".

Portanto, é hora dos municípios definirem rotinas próprias e específicas para a apuração e lançamento do ISS contra os contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

Atentos a isso, o presente treinamento foi concebido exatamente para fornecer subsídios às fiscalizações tributárias, orientando-as a como proceder com os trabalhos dentro do Simples Nacional, mostrando as alternativas em termos de ações fiscais, o passo a passo de cada uma delas, os seus desdobramentos e as suas consequências.

O curso abordará de forma didática:

- estratégias de inteligência fiscal com sugestões de cruzamentos de dados;

- 5.5. Como notificar o contribuinte;
- 6. Cobrança administrativa;
 - 6.1. Estratégias eficientes de cobrança extrajudicial;
 - 6.2. Consequências do não pagamento do auto;
 - 6.3. Inscrição em dívida ativa;
 - 6.4. Protesto em cartório;
 - 6.5. Termo de exclusão do Simples Nacional;
 - 6.6. Registro da exclusão e seus desdobramentos.

- as fases preliminares à ação fiscal;
- a ação fiscal propriamente dita, do termo de início até a lavratura do auto de infração;
- a fase posterior à autuação, com a abordagem dos mecanismos de cobrança administrativa;
- o que ainda deverá ser registrado no SEFISC;
- como o Município pode trabalhar com o DTE do Simples Nacional, mesmo utilizando o sistema interno de autuação.

Passe a fiscalizar as empresas do Simples Nacional a partir de procedimentos práticos e eficientes de apuração e autuação, com total segurança jurídica e nos exatos termos da legislação atual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Objeto da Resolução CGSN Nº 171, de 26 de outubro de 2022;
2. Sistema alternativo de autuação do Simples Nacional (Subseção incluída pela Resolução CGSN nº 171/2022);
 - 2.1. Fim do regime de transição do SEFISC;
 - 2.2. Auto de infração "caseiro".
3. Procedimento específico de fiscalização e lançamento do ISS;
 - 3.1. Fase preliminar orientadora;
 - 3.2. Fase repressiva;
4. Termo de início da ação fiscal (TIAF);
 - 4.1. Modelo a ser observado;
 - 4.2. Elementos imprescindíveis;
 - 4.3. Registro no SEFISC;
5. Auto de infração próprio do Município;
 - 5.1. Hipóteses de cabimento;
 - 5.2. Dicas de malhas fiscais;
 - 5.3. Classificação da receita apurada;
 - 5.4. Como calcular o "quantum debeatur";

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.744.004/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/2011
NOME EMPRESARIAL MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.11-5-00 - Edição de livros 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV GETULIO VARGAS	NÚMERO 22-25	COMPLEMENTO SALA 406	
CEP 17.017-383	BAIRRO/DISTRITO PARQUE JARDIM EUROPA	MUNICÍPIO BAURU	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO DANIELA.TRIBUTOMUNICIPAL@UOL.COM.BR		TELEFONE (14) 3245-7767	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/05/2022 às 10:20:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

25
m

"ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONT"

JUCESP PROTOCOLO
0.578.301/22-2



= SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONT

"MANGIERI, MELO & CIA CURSOS E EDITORA LTDA"

CNPJ: 13.744.004/0001-99

Pelo presente instrumento particular de ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, os abaixo assinados:

DANIELA CONSANI MANGIERI, brasileira, nascida no dia 15.07.1980, na cidade de Santo André-SP, casada no Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Carminato nº 2-219, (Quadra 27, Lote 14), Residencial Lago Sul, CEP: 17053-848, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.050.129-5 - SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº 271.133.368-09.

OMAR AUGUSTO LEITE MELO, brasileiro, nascido no dia 05.11.1977, nesta cidade de Bauru-SP, casado no Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Piratininga, Estado de São Paulo, na Avenida Affonso José Aiello nº 6-100, LT H21, Vila Aviação, CEP: 17018-520, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.275.900-5 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 275.646.768-50.

FRANCISCO RAMOS MANGIERI, brasileiro, nascido no dia 17.03.1971, nesta cidade de Bauru-SP, casado no Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Carminato nº 2-219, (Quadra 27, Lote 14), Residencial Lago Sul, CEP: 17053-848, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.744.935-1 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 171.709.738-39.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada, que gira nesta praça de Bauru, Estado de São Paulo, sob a denominação social de:

Rua Presidente Kennedy nº 4-31, Centro, Bauru-SP

"ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONTABILIDADE"

"MANGIERI, MELO & CIA CURSOS E EDITORA LTDA"

Conforme CNPJ n.º 14.744.004/0001-99 e Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35226018228 em sessão de 09.11.2011 e Última Alteração Contratual registrada sob o nº 204.179/15-4 em 08.06.2015, com sede nesta cidade de Bauru-SP, na Rua Virgílio Malta nº 17-76, Sala 04, Centro, CEP: 17014-440, têm entre si justo e combinado o seguinte que mutuamente aceitam e outorgam a saber:

1ª - Desliga-se da sociedade o sócio:

OMAR AUGUSTO LEITE MELO, que cede e transfere a sócia **DANIELA CONSANI MANGIERI**, 250 (Duzentas e Cinquenta) cotas de seu capital social na sociedade, recebendo o valor correspondente em moeda corrente do País, e as 2.000 (Duas Mil) cotas restantes do seu capital social na sociedade, cede e transfere ao outro sócio **FRANCISCO RAMOS MANGIERI**, recebendo o valor correspondente em moeda corrente do País.

2ª - O capital social da empresa continuará sendo **RS 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, divididos em 5000 (Cinco Mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional neste ato pelos sócios:

DANIELA CONSANI MANGIERI

2.500 quotas.....R\$ 2.500,00

FRANCISCO RAMOS MANGIERI

2.500 quotas.....R\$ 2.500,00

Total.....5.000 quotas.....R\$- 5.000,00

3ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil - Lei 10.406.2002.

27
m

“ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONTABILIDADE”

4ª - A administração da sociedade caberá aos sócios **DANIELA CONSANI MANGIERI e FRANCISCO RAMOS MANGIERI**, podendo assinar *isoladamente ou em conjunto*, com poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, tanto em juízo como fora dele, perante todas as repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, e em todas as relações e transações comerciais com terceiros, admitir e demitir funcionários, assinar e dar quitações, praticar enfim em nome da sociedade todos os atos e ações necessárias e de interesse social, inclusive nos atos em que envolvam a responsabilidade econômica financeira da sociedade, tais como: aberturas, movimentações e encerramentos de contas bancárias, aceites, emissões, endossos e aval de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos, contratos de financiamentos bancários e mercantis, com ou sem garantias alienatórias, e autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

5ª - Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro os administradores prestarão contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico cabendo aos sócios na proporção de suas quotas os lucros ou perdas apurados.

6ª - Os Administradores declaram sob as penas da Lei de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Jan 8

28
m

“ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONTABILIDADE”

7ª - A título de Pró-Labore os sócios **DANIELA CONSANI MANGIERI e FRANCISCO RAMOS MANGIERI**, terão direito a uma retirada mensal que inicialmente será de um salário mínimo, e que depois poderá ser alterado de acordo com as disponibilidades financeiras da sociedade e os limites fixados por lei.

8ª - A empresa que possui sua sede na Rua Virgílio Malta nº 17-76, Sala 04, Centro, Cep: 17014-440, Bauru-SP, altera neste ato para: **AVENIDA GETÚLIO VARGAS Nº 22-25, SALA 406, PARQUE JARDIM EUROPA, CEP: 17017-383, BAURU-SP**.

9ª - A empresa que possui sua Razão Social de: **“Mangieri, Melo & Cia Cursos e Editora Ltda**, altera neste ato para: **“MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA”**.

****DA NOVA REDAÇÃO SOCIAL – CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL****

Os sócios resolvem dar nova redação ao contrato social da empresa, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Contrato de Constituição, que passa a ter a seguinte disposição:

1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial **“MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA”**, e tem sede e domicílio, na **AVENIDA GETÚLIO VARGAS Nº 22-25, SALA 406, PARQUE JARDIM EUROPA, CEP: 17017-383, BAURU-SP**.

2ª - Seu objeto social é: **I -PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, INSTRUÇÃO, CURSOS E TREINAMENTOS NAS ÁREAS TRIBUTÁRIA, JURÍDICA, CONTÁBIL E FISCAL; II- EDIÇÃO E COMÉRCIO DE LIVROS E REVISTAS; III- VEICULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA E**

12/11/2017

"ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONTABILIDADE"

PUBLICIDADE EM SITES, CONGRESSOS E SIMPÓSIOS ADMINISTRADOS
PELA SOCIEDADE; IV- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

3ª - O capital social da empresa continuará sendo **R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**,
divididos em 5.000 (Cinco Mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada
uma subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional neste ato pelos sócios:

DANIELA CONANI MANGIERI

2.500 quotas.....R\$ 2.500,00

FRANCISCO RAMOS MANGIERI

2.500 quotas.....R\$ 2.500,00

Total.....5.000 quotas.....R\$ 5.000,00

4ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos
respondem solidariamente pela integralização do capital social.

5ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros
sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado em igualdade de
condições e preço o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda
formalizando se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

6ª - A sociedade iniciou suas atividades em **01/NOVEMBRO/2011**, e seu prazo de
duração é por tempo indeterminado.

7ª - A administração da sociedade caberá aos sócios **DANIELA CONSANI**
MANGIERI e FRANCISCO RAMOS MANGIERI, podendo assinar *isoladamente*
ou em conjunto, com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente,
tanto em juízo como fora dele, perante todas as repartições públicas federais,
estaduais, municipais e autárquicas, e em todas as relações e transações comerciais
com terceiros, admitir e demitir funcionários, assinar e dar quitações, praticar enfim

Rua Presidente Kennedy nº 4-31, Centro, Bauru-SP

"ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONTABILIDADE"

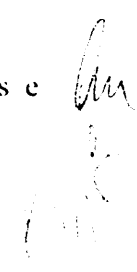
em nome da sociedade todos os atos e ações necessárias e de interesse social, inclusive nos atos em que envolvam a responsabilidade econômica financeira da sociedade, tais como: aberturas, movimentações e encerramentos de contas bancárias, aceites, emissões, endossos e aval de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos, contratos de financiamentos bancários e mercantis, com ou sem garantias alienatórias, e autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

8ª - Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro os administradores prestarão contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico cabendo aos sócios na proporção de suas quotas os lucros ou perdas apurados.

9ª - A título de Pró-Labore os sócios **DANIELA CONSANI MANGIERI e FRANCISCO RAMOS MANGIERI**, terão direito a uma retirada mensal que inicialmente será de um salário mínimo, e que depois poderá ser alterado de acordo com as disponibilidades financeiras da sociedade e os limites fixados por lei.

10ª - Os Administradores declaram sob as penas da Lei de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

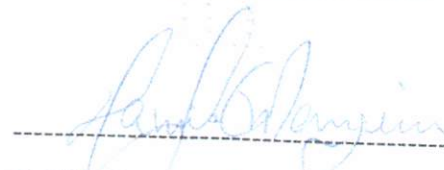
Fica eleito o foro de Bauru-SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



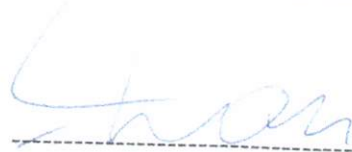
"ESCRITÓRIO PAULISTA DE CONTABILIDADE"

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Bauru-SP, 08 de Abril de 2022.



DANIELA CONSANI MANGIERI



FRANCISCO RAMOS MANGIERI



OMAR AUGUSTO LEITE MELO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON BAUT

PROIBIDO PLASTIFICAR




Daniela Consani

B497-051945

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 29.050.129-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/DEZ/2008

NOME DANIELA CONSANI MANGIERI

FILIAÇÃO ILDEFONSO CONSANI

E DIRCE CANUTO CONSANI

NATURALIDADE S.ANDRE -SP DATA DE NASCIMENTO 15/JUL/1980

DOC.ORIGEM BAURU-SP

2.SUBD.

CC:LV.B99 /FLS.247 /N.017819

CPF 271133368/09

Car. A.L.C. 148 Delegado Divisório

CARLOS ANTONIO G. R. DE OLIVEIRA, de Polícia BRGD.SSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

DANIELA CONSANI

Ng de Inscrição

271133368-09

Data do Nascimento

15/07/80



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR



8497-052090

SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREGG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.744.935-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/DEZ/2008

NOME FRANCISCO RAMOS MANGIERI

FILIAÇÃO FRANCISCO MANGIERI

E MARIA HELENA MACHADO RAMOS MANGIERI

NATURALIDADE BAURU -SP DATA DE NASCIMENTO 17/MAR/1971

DOC. ORIGEM BAURU-SP 2.SUBD. CC:LV.B99 /FLS.247 /N.017819

CPF 171709738/39

Q. A. L. L. 148 Delegado Divisório de Polícia HRGD SSP SP

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.744.004/0001-99
Razão Social: MANGIERI E CIA CURSOS E EDITORA LTDA
Endereço: AV GETULIO VARGAS 2225 SL 406 / PQ JD EUROPA / BAURU / SP / 17017-383

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/03/2024 a 30/03/2024

Certificação Número: 2024030119031010090448

Informação obtida em 05/03/2024 17:06:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.744.004/0001-99

Certidão nº: 14169685/2024

Expedição: 01/03/2024, às 15:50:59

Validade: 28/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.744.004/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA
CNPJ: 14.744.004/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:52:03 do dia 01/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/08/2024.

Código de controle da certidão: **31A7.9935.BEF0.0615**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 14.744.004/0001-99

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 24030025500-20

Data e hora da emissão 01/03/2024 15:53:12

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br

**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Código de controle da consulta: 36995b4e-10e6-4ed6-bbe1-463f5d1ef1e9

Estabelecimento	
IE: 209.454.966.115	
CNPJ: 14.744.004/0001-99	
Nome Empresarial: MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA	
Nome Fantasia:	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: AVENIDA GETULIO VARGAS	
Nº: 22-25	Complemento: SALA 406
CEP: 17.017-383	Bairro: PARQUE JARDIM EUROPA
Município: BAURU	UF: SP
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 09/12/2011
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PF-10 - BAURU
Regime de Apuração: SIMPLES NACIONAL	
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	
Comércio varejista de livros	
Atividades Econômicas: Edição de livros	
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 10/12/2011	
Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total	
Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/12/2010	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.11.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



Prefeitura Municipal de Bauru

RUA ARAUJO LEITE, 17-47 - CEP 17015-341 - CENTRO - FONE (14) 3235-1000

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Documento emitido eletronicamente. Número da transação: 28071/2024

CRC	647832 Crc Original: 647832 Situação: Ativo
Razao Social/Nome	MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA
CNPJ / CPF	14.744.004/0001-99
Inscrição Estadual/RG	
Endereco	17017-383 - AV GETULIO VARGAS, 22-25 SALA 406
Bairro	PARQUE JARDIM E Cidade BAURU Estado SP

***Consulta realizada pelo CNPJ raiz**

CERTIFICAMOS para os devidos fins, de acordo com informações colhidas em nosso sistema de controle de tributos municipais, a **inexistência de débitos municipais** em relação ao cadastro acima discriminado.

Esta certidão refere-se à totalidade dos tributos/créditos municipais da pessoa física/jurídica (CPF/CNPJ) acima identificada. Nos termos do Art. 102 do Código Tributário Municipal de Bauru, fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar eventuais débitos anteriores, que sejam apurados posteriormente à emissão deste documento.

Certidão gerada em: 01/03/2024 e atualizada em: 01/03/2024

Prazo de Validade: 06 meses

Lei Nº 4571 de 25/08/2000

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet: <https://www.bauru.sp.gov.br/>

Identificação 2306535

Número da Certidão: 28071/2024

Chave validação:ZCYRF-QZSQL

Controle: 647832

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.



01/03/2024

0073449158

42
m

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8939827**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 29/02/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA, CNPJ: 14.744.004/0001-99, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

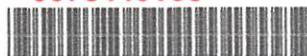
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de março de 2024.

PEDIDO Nº: 0073449158





Prefeitura Municipal de Bauru

RUA ARAUJO LEITE, 17-47 CEP 17015-341 - CENTRO - BAURU - SP

Comprovante de inscrição e de situação cadastral

Cadastro - CCM 523645	Inscrição Municipal 523645	CPF/CNPJ 14.744.004/0001-99	Inscrição Estadual	Data Início Atividade 04/01/2012
Nome MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA				
Nome Fantasia				
Endereço 17017-383 - AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 22-25 SALA 406 SALA				CEP 17017-383
Bairro PARQUE JARDIM EUROPA		Cidade BAURU		U.F SP
Situação Cadastral Ativo	Simplex Nacional Sim	Tipo ISS Variavel	Data de Encerramento Ccm	
Atividade Livre PREST. SERV. DE EDUCACAO, INSTRUCAO, CURSOS E TREINAMENTOS NAS AREAS TRIBUTARIAS, FISCAIS, CONTABEIS; EDICAO E COMERCIO DE LIVROS E REVISTAS; VEICULACAO E DIVULGACAO DE				
Código e descrição da atividade econômica principal 1934 - TREINAMENTO EDUCACIONAL, COMPORTAMENTAL, TECNICO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL				
Código e descrição da atividade de licença 6.1 - Outras atividades sujeitas a fiscalização somente da SEPLAN.				
Código e descrição das atividades econômicas secundárias 7040 - INSERCAO DE MATERIAL PUBLICITARIO EM QUALQUER MEIO (SALVO A EXCECAO DO SUBITEM 17.24 - LEI ISS) 1749 - LIVRARIA - COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS 7083 - EDICAO DE LIVROS 984 - ASSESSORIA DE IMPRENSA 7200 - ATIVIDADES DE OPERACAO DE PORTAIS DE CONTEUDO DA INTERNET				
Código e descrição das atividades de serviço 17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). 17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza 17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas				
Código e descrição dos CNAEs 4761-0/01 - COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS				

Código e descrição dos CNAEs

8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET

5811-5/00 - EDICAO DE LIVROS

7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA

A veracidade da informação poderá ser verificada na seguinte página da Internet: <https://www.bauru.sp.gov.br>

Chave de Verificação: KBDCZ-QDSNT

Data da consulta: 30/05/2022 07:36:48

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **14.744.004/0001-99**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 09/11/2011**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

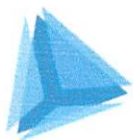
Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar

Gerar PDF

43
44 m
45 m



Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Incluir Impedimento](#)

[Voltar](#)

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento

CNPJ

Número documento

14744004000199

Nome

MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA

Tipo de Sanção

Todos

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Situação:

Todas

Links úteis:

[Consulta TCU](#) / [Consulta CADIN PR](#)

[Pesquisar](#)

[Imprimir](#)

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/03/2024 16:21:24

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA**
CNPJ: **14.744.004/0001-99**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

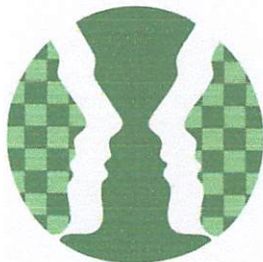


Prefeitura Municipal de Bauru

17015-341 - RUA ARAUJO LEITE - CENTRO - BAURU - SP

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Competência
11/2023



Número RPS:

Número Nota Fiscal:

2949

Data Emissão

01/11/2023

MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA

17017-383 - AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 22-25 SALA 406 SALA - PARQUE
BAURU - SP - CEP: 17017-383

CNPJ/CPF: 14.744.004/0001-99

Inscr. Estadual/RG:

Email: THAIS@PAULISTACONTABILIDADE.COM.BR

Telefone: (14) 3245-7767

CCM 523645

Local do Serviço: 2 - SERVIÇO PRESTADO FORA DO MUNICÍPIO DE BAURU

Natureza Operação: Prestação de Serviços

Município da Prestação: Curitiba - PR

Sub item da lista de serviço: 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza

Exigibilidade ISS: Exigível

Incentivo Fiscal: NÃO

Regime ISS: Movimento

Local de Incidência: Bauru - SP

Dados do Tomador de Serviço

MUNICIPIO DE ASTORGA

AV DR JOSE SOARES AZEVEDO, Nº 48 - CENTRO

Astorga - PR - - CEP: 86.730-000

CNPJ/CPF: 75.743.377/0001-30

Inscrição Estadual/RG:

Inscrição Municipal:

E-mail:

Cobrança:

Qtd	Un	Discriminação dos Serviços	Valor Unitário	Valor Total
1		Participação no curso ''ENCONTRO DE AUDITORES E FISCAIS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ- EDIÇÃO CURITIBA -PR'' que será realizado nos dias 07 e 08/11/2023, ministrado pelo Professor Francisco Mangieri.	2.500,00	2.500,00

Nota de Empenho: 18137/2023

Dados Bancários da Empresa:

Banco do Brasil

Agência: 37-x (ou 0037 ou 37-0)

Conta-corrente: 119835-1

PIX: 14.744.004/0001-99

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.

Observação:

Total dos Serviços	2.500,00
Total de Deduções	0,00
Desc. Incondicionado	0,00
Base de Cálculo	2.500,00
ISS SEM RETENÇÃO	2,00 % 50,00
Desc. Condicionado	0,00

Total da Nota	RETENÇÕES								Total Líquido
2.500,00	ISS 0.00	IRRF 0.00	PIS 0.00	COFINS 0.00	CSLL 0.00	INSS 0.00	OUTROS 0.00	2.500,00	

Esta é a chave de validação: CQXE-KOSL

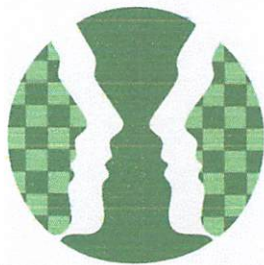
A validação dessa nota pode ser realizada no endereço: www.bauru.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Bauru

17015-341 - RUA ARAUJO LEITE - CENTRO - BAURU - SP

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Competência
03/2024

Número RPS:

Número Nota Fiscal:

Data Emissão

3057

12/03/2024

MANGIERI & CIA CURSOS E EDITORA LTDA17017-383 - AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 22-25 SALA 406 SALA - PARQUE
BAURU - SP - CEP: 17017-383

CNPJ/CPF: 14.744.004/0001-99

Inscr. Estadual/RG:

Email: THAIS@PAULISTACONTABILIDADE.COM.BR

Telefone: (14) 3245-7767

CCM 523645

Local do Serviço: 2 - SERVIÇO PRESTADO FORA DO MUNICÍPIO DE BAURU

Natureza Operação: Prestação de Serviços

Município da Prestação: Francisco Beltrão - PR

Sub item da lista de serviço: 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza

Exigibilidade ISS: Exigível

Incentivo Fiscal: NÃO

Regime ISS: Movimento

Local de Incidência: Bauru - SP

Dados do Tomador de Serviço**MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**

AV MACALI, Nº 255 - CENTRO

Marmeleiro - PR - - CEP: 85.615-000

CNPJ/CPF: 76.205.665/0001-01

Inscrição Estadual/RG:

Inscrição Municipal:

E-mail:

Cobrança:

Qtd	Un Discriminação dos Serviços	Valor Unitário	Valor Total
1	Participação no curso "OBRIGAÇÕES DE FINAL DE MANDATO E CONTROLE INTERNO", que será realizado nos dias 25 e 26/04/2024, no município de Francisco Beltrão-PR.	1.200,00	1.200,00

Dados Bancários da Empresa:

Banco do Brasil

Agência: 37-x (ou 0037 ou 37-0)

Conta-corrente: 119835-1

PIX: 14.744.004/0001-99

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.

Observação:

Total dos Serviços 1.200,00

Total de Deduções 0,00

Desc. Incondicionado 0,00

Base de Cálculo 1.200,00

ISS SEM RETENÇÃO 2,00 % 24,00

Desc. Condicionado 0,00

Total da Nota

RETENÇÕES

Total Líquido

1.200,00

ISS

0,00

IRRF

0,00

PIS

0,00

COFINS

0,00

CSLL

0,00

INSS

0,00

OUTROS

0,00

1.200,00

Esta é a chave de validação: QANH-SPSS

A validação dessa nota pode ser realizada no endereço: www.bauru.sp.gov.br

EM SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL Nº

3056



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

PORTARIA Nº 032/2024

Nomeia Agente de Contratação e Equipe de Apoio nos Procedimentos licitatórios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

O senhor **JOSÉ LUIZ AMADEU**, Prefeito em Exercício do Município de Santa Mariana, Estado do Paraná, no uso das atribuições definidas na Lei Orgânica Municipal, com amparo na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas Leis Municipais nº 1568/2023 de 28/12/2023 e nº 1574/2024 de 19/01/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado como Agente de Contratação com fundamento na Lei nº 1568/2023, de 28/12/2023, o senhor **Helisson Matama**, Servidor efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, portador do CPF nº 037.155.119-66, com qualificação técnica comprovada em licitação públicas, conforme consta em sua pasta funcional;

Art. 2º - Ficam nomeados como Equipe de Apoio para auxiliar o Agente de Contratação nos procedimentos licitatórios, com fundamento na Lei nº 1574/2024 de 19/01/2024, os seguintes membros:

I – Jailton Gonçalves Mendes, Servidor efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, portador do CPF nº 897.671.529-20, com qualificação técnica comprovada em licitação públicas, conforme consta em sua pasta funcional;

II – Ana Paula Pires, Servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, portadora do CPF nº 056.817.859-98, com qualificação técnica comprovada em licitação públicas, conforme consta em sua pasta funcional;

III – Solange Maria Ferreira, Servidora efetiva, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, portadora do CPF nº 813.577.299-87, com qualificação técnica comprovada em licitação públicas, conforme consta em sua pasta funcional;

IV – Gille Araújo Zanini, Agente Público, portadora do CPF nº 064.683.239-59, com qualificação técnica comprovada em licitação públicas, conforme consta em sua pasta funcional;

V – Igor Momesso de Lima, Agente Público, portador do CPF nº 109.100.659-85, com qualificação técnica comprovada em licitação públicas, conforme consta em sua pasta funcional;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2024, e revoga a Portaria nº 002/2023 de 04/01/2023.

Santa Mariana, 22 de janeiro de 2024.

JOSÉ LUIZ AMADEU
Prefeito em Exercício

Rua Antonio Manoel dos Santos nº 151, Centro, CEP 86.350-000 – PR

www.santamariana.pr.gov.br

Fone (43) 3531-8250